

**REQUERIMENTO Nº       , DE 2004**

*Solicita informações sobre a compra e venda  
de ações à Comissão de Valores Mobiliários e de dólares  
ao Banco Central do Brasil .*

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Nos termos do artigo 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro à Vossa Excelência que seja solicitado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e ao Banco Central do Brasil (Bacen), por intermédio do Ministério da Fazenda, informações detalhadas sobre as operações de compra e venda de ações realizadas na Bolsa de Valores de São Paulo e de dólares no mercado de câmbio, nos dias um e dois de março de 2004.

**JUSTIFICAÇÃO**

Como é do conhecimento de todos, a economia brasileira é bastante instável, em vista da fragilidade resultante da política econômica seguida até 2002. A partir de 2003, vários esforços foram feitos para regularizar a economia e retomar o crescimento econômico. Como a transformação ainda está no início, a economia é ainda muito vulnerável a fatos e boatos.

O ambiente é inclusive bastante propício para a ação especulativa, visando ganhos financeiros, em prejuízo da recuperação do país. Criam-se, por exemplo, boatos para desestabilizar a economia, os preços das ações caem e o preço do dólar aumenta, os disseminadores dos boatos compram as ações e vendem os dólares, depois, com a constatação da falsidade da informação, as ações são vendidas a preços mais altos e os dólares recomprados a preços mais altos.

A própria tribuna do Congresso Nacional pode ser utilizada para este fim, com pronunciamentos que assustam os agentes econômicos e que, posteriormente, se mostram infundados. Este fato pode ter ocorrido nos dias um e dois de março, resultando em forte instabilidade na Bolsa de Valores. Julgamos que este tipo de prática precisa ser coibida, sob pena de nunca recuperarmos a normalidade econômica. Com este objetivo, solicitamos informações à Comissão de Valores Mobiliários e ao Banco Central do Brasil, para testar hipóteses de manipulação do preço de ativos com fins especulativos.

Plenário da Câmara dos Deputados, em

de 2004